

EDITORIAL

Os olhares para a alfabetização,
leitura e escrita: pesquisas e
vivências docentes

Editora

Luciana Haddad Ferreira

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

5 jun. 2025

Aprovado

12 jun. 2025

Os olhares para a alfabetização, leitura e escrita: pesquisas e vivências docentes

Perspectives on literacy, reading and writing: research and teaching experiences

Elvira Cristina Martins Tassoni¹ , Raimunda Alves Melo² 

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, SP, Brasil. Correspondência para: E. C. M. TASSONI. E-mail: <crisnatassoni@puc-campinas.edu.br>.

² Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Campus Universitário Ministro Petrônio Portela. Teresina, PI, Brasil.

Como citar este artigo: Tassoni, E. C. M.; Melo, R. A. Os olhares para a alfabetização, leitura e escrita: pesquisas e vivências docentes. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 30, e16101, 2025. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e16101>

A pandemia da COVID-19 provocou uma situação aterrorizante e implacável na educação brasileira e seus efeitos serão sentidos por muito tempo, desafiando gestores públicos, educadores, pesquisadores e a comunidade escolar na busca de caminhos que possam reparar e recompor as trajetórias educacionais de estudantes nas diferentes idades. Neste contexto, olhares voltam-se para a alfabetização, seja porque é reconhecida como elemento essencial para o pleno exercício de cidadania, seja porque se constitui como base necessária à aprendizagem de outros conhecimentos escolares.

Frente a esta constatação, a pesquisa científica apresenta-se como dispositivo fundamental para a compreensão e problematização da realidade vivida, bem como na busca de respostas para os problemas e desafios que permeiam o campo da alfabetização, suscitando reflexões e diálogos que podem contribuir com uma educação que promova formação humana crítica e transformadora.

Foi diante desse entendimento que um grupo de pesquisadores, no ano de 2020, uniu-se para investigar e mapear o trabalho docente em relação à alfabetização das crianças brasileiras, desde o início da pandemia da COVID-19, que impôs um período de aproximadamente dois anos de ensino remoto emergencial, até o retorno presencial à escola. Este coletivo constituído por 29 universidades e aproximadamente 117 pesquisadoras formou a Rede de Pesquisa em Alfabetização (AlfaRede). Por meio de encontros virtuais, o coletivo planejou uma primeira pesquisa sobre o ensino remoto emergencial e as condições de trabalho docente no campo da alfabetização das crianças. Também remotamente, durante o ano de 2021, discutiu os resultados e organizou formas de divulgação do trabalho realizado, por meio de *lives* pelo canal do YouTube da AlfaRede (@AlfabetizacaoemRede), com a participação de

pesquisadores e de professoras alfabetizadoras de diferentes estados brasileiros, abrangendo as regiões do país.

A AlfaRede produziu o livro “Retratos da Alfabetização na pandemia da COVID-19: resultados de uma pesquisa em rede”, em 2022, com os resultados da primeira fase da pesquisa em torno do ensino remoto emergencial. Na etapa quantitativa foram 14.735 respondentes (professores e gestores da educação básica), com informações de 26 estados e do Distrito Federal e dados qualitativos produzidos por meio de grupos focais com professores da educação básica de 12 estados brasileiros. Organizado pela Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, no formato e-book, o livro tem acesso gratuito para *download*³.

A pesquisa trouxe com muita força e clareza os movimentos de busca de caminhos para viabilizar o contato das professoras⁴ com os seus estudantes e suas famílias. A experiência vivida evidenciou as iniciativas de reinvenção do cotidiano, com outras formas de realização do trabalho e se deparou com imensos desafios, escancarando o abismo consequente das desigualdades sociais.

A delimitação tênue entre as fronteiras da escola e das casas dos alunos pode produzir outros efeitos e, apesar da conectividade por meio do trabalho remoto garantir a interação para quem tem acesso, outras questões vieram à baila ao pensarmos no processo de ensino e aprendizagem. Entre elas, podemos citar o domínio da tecnologia por parte dos professores e alunos, a gestão do tempo escolar, o planejamento das aulas, as estratégias desenvolvidas à distância, o processo de avaliação, a motivação e participação dos alunos durante as aulas, a participação das famílias nesse processo, entre outros (Tassoni; Sofiato, 2022, p. 20).

Efeitos tanto de ordem instrumental e das condições para o acesso, mas, também quanto à tomada de consciência, de forma muito concreta, das realidades de vida de nossos alunos. De certa forma, estar na escola colocava (e ainda coloca) a todos em uma condição de mesmas oportunidades e quando essa possibilidade foi interrompida, a realidade inferida e imaginada pelas professoras e professores tornou-se duramente concreta.

As atividades da AlfaRede no período de ensino remoto emergencial, durante a pandemia da COVID-19, cumpriram um relevante papel científico e social – registrar em uma escala nacional o vivido pela classe docente para enfrentar a ausência do espaço escolar, espaço de encontro e de produção de conhecimentos coletivamente, afetando o desenvolvimento de cada um. Esses estudos fortaleceram o vínculo entre pesquisadoras⁵ e professoras da educação básica e puderam dar visibilidade aos esforços empreendidos pelas últimas, demonstrando por dados que foram elas que tornaram possível o ensino remoto emergencial.

Com o retorno às escolas, em razão da trégua dada pela doença, que perdeu a sua força letal, a AlfaRede manteve-se em sintonia com as professoras focalizando os desafios do retorno. Esse período de retomada das aulas totalmente presenciais foi a segunda fase da pesquisa, que se concentrou nas professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Foram 5.874 respondentes, em 22 estados da federação. Os resultados desse estudo encontram-se no livro “Retratos da Alfabetização no Pós-Pandemia: resultados de uma pesquisa em rede”, publicado em 2024, também com acesso gratuito para *download*⁶.

³ Link de acesso: https://www.alfarede.net.br/wp-content/uploads/2024/05/Cap.-11-Livro-Retratos-da-alfabetizacao-na-pandemia-da-COVID-19_-resultados-de-uma-pesquisa-em-rede-Alfabetizacao-no-ensino-remoto-emergencial-em-Alagoas_-cotejo-de-um-tempo-e-espaco-praticado-3.pdf

⁴ Usaremos o termo no feminino reconhecendo que, majoritariamente, o grupo é constituído de mulheres.

⁵ Assumimos, também, que apesar de contarmos com a participação de colegas pesquisadores, a AlfaRede é constituída em sua maioria por mulheres pesquisadoras.

⁶ Link de acesso: <https://loja.editoracrv.com.br/produtos/retratos-da-alfabetizacao-no-pos-pandemia-resultados-de-uma-pesquisa-em-rede/?srsltid=AfmBOorycgRXu33IIcSzdeZg6Kkp6VECSiB23s-gcPcVLiXIZsG8j0hu>

Os resultados, de maneira ampla, da segunda fase da pesquisa confirmam que as atividades pedagógicas realizadas durante o ensino remoto emergencial não alcançaram a todos, ou ao menos não de maneira efetiva, no sentido de produzir as aprendizagens esperadas e necessárias para a maioria.

A AlfaRede tem um site que conta toda a trajetória da rede e as suas produções (<https://www.alfarede.net.br/>), desde artigos, livros e capítulos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão na graduação, relatórios e trabalhos apresentados em eventos. Hoje somos mais de 100 pesquisadoras em 33 universidades.

Foi em 2024, no mês de abril, na PUC-Campinas, que a AlfaRede conseguiu realizar um evento totalmente presencial, reunindo pesquisadoras do país todo. As discussões pautaram-se em diálogos reflexivos, relatos de experiência e em resultados de pesquisas, evidenciando que

[...] a garantia da alfabetização no contexto pós-pandemia desafia a comunidade escolar, principalmente os/as professores/as, requerendo prioridade política, investimento público potente e ações permanentes que permitam que os/as estudantes tenham o direito à educação efetivado. Nesse contexto, as desigualdades precisam ser tomadas como critérios de análise da realidade e de formulação de políticas e estratégias pedagógicas, para que se superarem as defasagens de aprendizagem e se construam novas realidades educacionais para os/as estudantes, principalmente os/as mais vulneráveis (Melo; Tassoni, 2024, p. 95).

O dossiê aqui apresentado reúne pesquisadoras e professoras envolvidas com o campo da alfabetização e do desenvolvimento da leitura e da escrita. Visa constituir um espaço de diálogo e reflexão em torno da alfabetização frente aos desafios da retomada das aulas presenciais; e tem importante potência para fomentar a elaboração de políticas públicas de alfabetização, considerando o atual cenário brasileiro.

O conjunto de artigos que compõe este dossiê explora tanto o âmbito macro das pesquisas realizadas, acompanhando o retorno às aulas no pós-pandemia, como em âmbito micro, local, inserindo-se nas escolas, registrando e problematizando experiências em sala de aula, com professoras e estudantes.

O artigo que abre o dossiê é de Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ), intitulado “Contribuições da AlfaRede para o retrato da alfabetização na pandemia e no pós-pandemia”. Esta pesquisadora nos relata a formação da AlfaRede e a sua trajetória de pesquisa com detalhes. Ressalta a relevância desse coletivo de pesquisadoras e as contribuições que os trabalhos desenvolvidos pela rede têm oferecido para a comunidade em geral, sobretudo para a compreensão dos impactos da pandemia e do pós-pandemia na alfabetização das crianças. Apresenta e problematiza os principais desafios enfrentados pelas docentes em ambos os períodos.

Na sequência, o leitor encontrará pesquisas que trazem um recorte do estudo maior, apresentando, discutindo e problematizando contextos regionais.

Tatiane Castro dos Santos e Nádson Araújo dos Santos compartilham no artigo “Os cenários da alfabetização na Região Norte após a pandemia de COVID-19” como as/os professoras/es alfabetizadoras/es desta região do Brasil vivenciaram/vivenciam e como avaliaram o retorno às aulas presenciais. O artigo explora os desafios apresentados e as formas de enfrentamento desse período de retomada, desde as preocupações de ordem sanitária até as pedagógicas e de infraestrutura das escolas de educação básica. Ressaltam descontinuidades na aprendizagem e alertam para a necessidade de diálogo e formação dos professores frente à nova realidade.

Carmen Regina Gonçalves Ferreira e Gabriela Medeiros Nogueira apresentam o artigo intitulado “Desafios da alfabetização na pandemia da COVID-19: três momentos de reabertura das escolas”, problematizando dados da região Sul e do Rio Grande do Sul. Identificaram períodos marcantes em relação à volta ao ensino presencial no estado, analisando como as professoras vivenciaram o retorno às aulas nas escolas. Apresentam as condições e discutem: (a) a volta opcional ao presencial; (b) o retorno obrigatório às atividades presenciais no estado do Rio Grande do Sul, por meio de decreto estadual, a partir de 8 de novembro de 2021; e (c) o retorno obrigatório à presencialidade nas escolas, no início do ano letivo de 2022. Em cada um dos momentos as autoras destacam, com base nos dizeres das professoras, que a presencialidade é fundamental para as aprendizagens e que foram muitos os desafios em relação à oscilação da assiduidade, a necessidade e planejamento diferenciados, tanto em razão de parte da classe estar remotamente e parte presencialmente, como pela acentuada heterogeneidade de aprendizagens entre os alunos.

O artigo intitulado “As aprendizagens docentes e a pandemia: e agora?” de autoria de Elvira Cristina Martins Tassoni e Cecília Maria Aldigueri Goulart focaliza três estados da região Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As autoras problematizam, a partir dos dados da pesquisa mais ampla, as aprendizagens docentes no período remoto e o risco que o retorno às aulas presenciais trouxe para o enfraquecimento dessas aprendizagens. Identificam que a padronização das avaliações, desconsiderando os dois anos letivos de ensino remoto, bem como as intenções veladas ou explícitas de responsabilização dos professores pela não aprendizagem das crianças, têm ameaçado as experiências que contribuíram para o fortalecimento do trabalho coletivo – a troca de saberes, as descobertas e a aproximação com as famílias. Da mesma forma a literatura, as reflexões com e sobre a linguagem escrita, os espaços de escuta dos estudantes foram relevantes fontes para a atribuição de sentidos à produção de textos orais e escritos, explorando as experiências vivenciadas durante a pandemia e que tem dado espaço para atividades que não se conectam com contextos discursivos, em que há motivos e finalidades para escrever e ler.

O outro conjunto de artigos traz, a partir do contexto pandêmico e pós-pandêmico, reflexões e discussões sobre experiências específicas e/ou públicos específicos.

Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros e Antonia Edna Brito problematizam os impactos da pandemia no processo de alfabetização na passagem das crianças entre as duas etapas iniciais da educação básica, no artigo intitulado “Alfabetização de crianças: a pandemia e a ruptura nos ritos de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”. As autoras apresentam uma experiência vivida por uma delas como formadora e professora frente ao trabalho com docentes de duas redes municipais de cidades do estado do Piauí. Problematicam sobre a necessidade de dar visibilidade às crianças que vivenciaram o processo de transição remotamente, registrando por meio da pesquisa os encaminhamentos e ações que foram postos em ação para atender as crianças e as famílias. Destacam que o trabalho coletivo pensado, discutido e viabilizado foi fundamental para o enfrentamento dos entraves impostos.

O artigo “Retorno às aulas presenciais (pós-)pandemia e o tempo escolar: qual o espaço para as heterogeneidades?” de autoria de Aline Gasparini Zacharias-Carolino e Andreia Osti compartilha os desafios do trabalho docente, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sobretudo em relação à aprendizagem inicial da leitura e da escrita, após o fim do ensino remoto emergencial. As autoras se propõem a analisar os espaços criados para o atendimento das heterogeneidades dos estudantes, descrevendo as propostas didático-metodológicas desenvolvidas com estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental. Discutem a necessidade de se consolidar outras formas de organização do tempo da/na escola, com rotinas diferenciadas, espaços de escuta das crianças

e a consideração de seus conhecimentos prévios, ressaltando a transversalidade dos conteúdos escolares e a heterogeneidade das aprendizagens.

Ana Lúcia da Silva Passos e Ana Caroline de Almeida, no artigo “Planejamento e prática pedagógica no retorno ao ensino presencial: o que relatam as professoras alfabetizadoras” discutem elementos mobilizados por professoras alfabetizadoras na região do Campo das Vertentes, Minas Gerais, no retorno às aulas nas escolas, no planejamento e na prática pedagógica. Por meio de grupos focais, as autoras destacam as avaliações diagnósticas como ponto de partida para o planejamento e a consecução de práticas pedagógicas com foco no sistema de escrita alfabética, visando atenuar a defasagem na apropriação da língua escrita pelas crianças. Nesse movimento, as autoras alertam que as escolhas metodológicas das docentes demonstram uma concepção restrita de alfabetização, perpetuando práticas lineares e hierarquizadas, em que as crianças primeiro teriam que dominar o funcionamento do sistema de escrita para depois fazer uso dele como produtoras de textos e como leitoras.

O artigo intitulado “Alfabetização: superando obstáculos em meio à pandemia” de autoria de Margarete Nunes e Wendell Fiori de Faria compartilham uma pesquisa realizada em uma escola pública de Ji-Paraná, Rondônia, com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A experiência relatada objetivou evidenciar práticas pedagógicas inclusivas que oportunizaram aprendizagens importantes e privilegiaram a articulação, alfabetização e letramento, visando a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças.

Para encerrar o dossiê, um estudo internacional traz o panorama da alfabetização no Uruguai. Fabiana Meneses Carro, no artigo “Alfabetización y discapacidad en Uruguay: del derecho al hecho” problematiza de maneira contundente que, embora o país tenha alcançado elevados índices de alfabetização de sua população, a relação entre analfabetismo e deficiência continua invisibilizada não apenas no Uruguai, mas em todo o mundo. Para a autora, a condição de deficiência é a que mais abala a determinação do acesso à educação e o direito de ser alfabetizada. Em 2019, o Uruguai atingiu o índice de 98,77% de alfabetizados, colocando-se acima da média mundial e da América Latina e Caribe. No entanto, os dados mostram que da pequena parcela não alfabetizada, 70% das pessoas indicam ter algum tipo de deficiência. A autora apresenta dados percentuais em série histórica das taxas de alfabetização e de analfabetismo, também passando pelo período da pandemia e pós-pandemia.

O conjunto de artigos que compõe esse dossiê, de forma articulada, reúne dados quantitativos e qualitativos que mapeiam e adensam as diferentes experiências vivenciadas em um período dramático que afetou o mundo todo, constituindo-se em registro importante sobre os desafios, as aprendizagens e os encaminhamentos embasados em reflexões encarando a realidade apresentada, escancarando as ausências do poder público e as determinações que insistem em apagar o que representou a pandemia da COVID-19 de 2020 a 2022.

As pesquisas apresentadas defendem uma alfabetização como um ato político e um compromisso social, visando a emancipação, no sentido freiriano. Aquela que busca garantir oportunidades para todos, independentemente de suas condições econômicas, culturais e físicas. São muitos os desafios, sobretudo diante de tanto desrespeito às escolas e aos profissionais da educação, insistindo em fortalecer a imagem da escola como lugar de subversão e de ameaça à sociedade. Desconsideram que a escola é o lugar privilegiado para a formação do ser humano em sua totalidade, um lugar privilegiado para a promoção da justiça social.

Em 2024, o Ministério da Educação divulgou dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, referentes a 2023, segundo os quais, a proporção de crianças alfabetizadas entre 8 e 9 anos de

idade foi de 49,3%. Em 2021, durante a pandemia da COVID-19, esse percentual foi de 36,0%. Embora o resultado aponte avanços, ainda são baixos em relação ao período pré-pandemia que atingia 55% das crianças nesta faixa etária (<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2025-04/taxa-de-alfabetizados-entre-8-e-9-anos-de-idade-foi-de-493-em-2023>). Esses percentuais nos trazem um alerta para a urgência de políticas públicas articuladas e potentes, que coordenadas em nível nacional, estadual e municipal contribuam para enfrentar as desigualdades sociais que afetam a garantia do direito à alfabetização.

O reconhecimento das desigualdades sociais pressupõe adotar práticas pedagógicas inclusivas, combater fortemente toda forma de discriminação e oportunizar que todos possam aprender e se desenvolver. Especialmente, depois dos impactos da pandemia da COVID-19, a escola precisa ser fortalecida como um espaço especial de formação humana e de justiça, buscando uma sociedade mais digna para todos. Desejamos uma ótima leitura a todos e todas!

Referências

Macedo, M. S. A. N. (org.). *Retratos da alfabetização na pandemia da COVID-19: resultados de uma pesquisa em rede*. São Paulo: Parábola, 2022.

Macedo, M. S. A. N. et al. (org.). *Retratos da alfabetização no pós-pandemia: resultados de uma pesquisa em rede*. Curitiba: CRV, 2024.

Melo, R. A.; Tassoni, E. C. M. Desafios de alfabetizadoras no pós-pandemia. *Retratos da Escola*, v. 18, n. 40, 2024. Doi: <https://doi.org/10.22420/rde.v18i40.1969>.

Tassoni, E. C. M.; Sofiato, C. G. Educação e pandemia: tempos e diálogos desafiadores. In: Osti, A.; Venditti Júnior, R. (org.). *Educação em diferentes perspectivas: conceitos, aplicações e interdisciplinaridade no contexto pedagógico*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.